

Liberdade e campesinato: políticas de gênero no México e Peru

*Freedom and peasantry:
gender policies in Mexico and Peru*

Heitor Cardoso e Maciel*
Nathalia Fonseca Ramiro Rocha**

Resumo

A pesquisa terá como foco as políticas públicas do México, Programa de Mujeres en el Desarrollo Rural (MDR), e do Peru, Llaqta Kallpanchaq, que têm como finalidade a promoção de temáticas referentes à questão de gênero. Será demonstrado o auxílio que ambos os programas recebem da Food and Agriculture Organization (FAO), da Organização das Nações Unidas (ONU) que garante difusão de conhecimento, técnicas e procedimentos na respectiva dessa temática. Ademais, a pesquisa buscará evidenciar e analisar como essas políticas garantem e possibilitam a expansão das liberdades da mulher na sociedade, provendo maior participação e relevância desses agentes em sua realidade social.

Palavras-chave: FAO, Sen, Peru, México, MDR, Kallpanchaq

Abstract

The research focuses the public policies of Mexico, *Programa de Mujeres en el Desarrollo Rural* (MDR), and Peru, *Llaqta Kallpanchaq*, that aims to promote gender and women capacitation. United Nations' Food and Agriculture Organization's support to both programs seeking to ensure knowledge, techniques and procedures diffusion related to this subject is approached. Furthermore, this research seeks to show and to analyze how these public policies guarantee and enable the women's liberties rise in society, and as a consequence provides their wider participation and relevance in social reality.

Key words: FAO, Sen, Peru, Mexico, MDR, Kallpanchaq

* Graduando em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG). Contato: heitor.maciел@aiesec.net

** Graduanda em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG). Contato: nathalia.ramiro@aiesec.net

Introdução

A pesquisa tem como finalidade analisar políticas públicas com foco na problemática de gênero: no México, o *Programa de Mujeres en el Desarrollo Rural* (MDR), e no Peru, o *Llaqta Kallpanchaq*. Ambos os programas possuem assistência e auxílio da Organização das Nações Unidas (ONU) para Agricultura e Alimentação, o *Food and Agriculture Organization* (FAO), cujo escopo dedica-se às comunidades vulneráveis, como mulheres, indígenas e povos nativos. Assim sendo, o trabalho buscará demonstrar se a capacitação e ajuda técnica da FAO para as políticas públicas do México e Peru proporcionam a expansão das liberdades das mulheres campesinas.

As semelhanças entre as políticas do *Llaqta Kallpanchaq* e do MDR referem-se ao aporte técnico, de informação e conhecimento, oferecido pela FAO. Esse fato demonstra a importância das Organizações Internacionais (OIs) na promoção, reprodução e disseminação de conhecimento de temáticas específicas que facilitam o desenvolvimento de políticas frutíferas nos Estados, como será analisado no presente trabalho.

Utilizaremos como aporte teórico o conceito de desenvolvimento como liberdade do professor Amartya Sen (2000), doutor em economia pela Universidade de Crambridge. Em 1998, Sen recebeu o prêmio Nobel de economia pelo seu trabalho referente ao bem-estar social e por novas compreensões acerca da miséria, fome e pobreza, que demonstra a relevância nas problemáticas de desenvolvimento social.

Por conseguinte, a obra desenvolvimento como liberdade, publicada pelo autor em 2000, fornecerá grande assistência a nossa pesquisa sobre políticas públicas de gênero no México e Peru, já que explana as questões de desenvolvimento sob um aspecto não-convencional, abordando além de questões econômicas, aspectos sociais e políticos. Ademais, a lógica de desenvolvimento social se relaciona de forma profícua tanto com as políticas públicas, MDR e o *Llaqta Kallpanchaq*, quanto com os objetivos da FAO, nos quais buscam o desenvolvimento com maior equidade.

O grupo focal analisado será as mulheres, tendo em vista a ampliação de suas liberdades, principalmente as econômicas, as quais possibilitam sua atuação como agentes ativos na sociedade. O objetivo central da pesquisa é demonstrar o papel da FAO no fortalecimen-

to das políticas públicas de gênero no México *Programa de Mujeres en el Desarrollo Rural* (MDR), e no Peru, o *Llaqta Kallpanchaq*.

Assim sendo, O trabalho será dividido em cinco seções. Desenvolveremos no primeiro capítulo os conceitos e as variáveis do desenvolvimento como liberdade, que serão necessários para demonstrar o papel e os resultados das políticas públicas na expansão das liberdades das mulheres campesinas. Na segunda parte será demonstrado o histórico, objetivos e metodologias da FAO e a importância do empoderamento da mulher campesina, demonstrando as dificuldades desse grupo, sua realidade e seus benefícios para a sociedade. Por conseguinte, na terceira parte serão apresentados os projetos mencionados, suas características, seus objetivos, área de ação e metodologia. Ademais, nessa seção buscará analisar e identificar se os projetos proporcionam a expansão das capacidades e liberdades das mulheres campesinas do México e Peru. Por fim, na última seção será confirmado ou não se a atuação da FAO a partir de capacitação e ajuda técnica às políticas públicas, MDR e o *Llaqta Kallpanchaq*, promove a expansão das liberdades das mulheres campesinas, garantindo a emergência de agentes ativos na sociedade peruana e mexicana.

Desenvolvimento segundo Amartya Sen

A proposta de desenvolvimento mexicano, o *Programa de Mujeres en el Desarrollo Rural*, e peruano, *Llaqta Kallpanchaq*, serão analisados com base no conceito de desenvolvimento como liberdade de Amartya Sen (2000). Para o professor, o desenvolvimento ultrapassa a dimensão econômica e abrange também questões sociais e políticas. Portanto, é possível estabelecer paralelos devido aos desenhos dos projetos, que focam de forma direta ou indireta nas problemáticas de gênero e com o objetivo de emancipação da mulher.

Amartya Sen (2000) estabelece uma concepção de desenvolvimento que difere dos conceitos ortodoxos de desenvolvimento que incluem, por exemplo, apenas a perspectiva da renda e da industrialização. Segundo Sen, o desenvolvimento dos países deve envolver a expansão e a ampliação das liberdades reais dos indivíduos na sociedade. É importante ressaltar, entretanto, que o autor não negligencia as questões econômicas em sua análise (SEN, 2000).

O foco do conceito de desenvolvimento como liberdade é a liberdade substantiva, ligada à emancipação dos indivíduos. Isso

possibilitaria maior flexibilidade para as pessoas fazerem escolhas e conduziria a sociedade a uma situação de maior justiça social. Nesse raciocínio, a liberdade é importante tanto como meio – liberdades instrumentais – quanto como fim para o desenvolvimento – papel constitutivo das liberdades (SEN, 2012).

O papel constitutivo da liberdade, por sua vez, seria a finalidade do desenvolvimento, que almeja o cumprimento das liberdades substantivas como um dos seus principais objetivos. O fomento das liberdades substantivas possibilita a expansão do enriquecimento dos indivíduos em sociedade e envolve, segundo o autor, expansão de “capacidades” essenciais no âmbito político, econômico e social (SEN, 2000).

O papel constitutivo da liberdade enfatiza a importância da expansão das “capacidades” na sociedade, uma vez que, possibilita aos indivíduos agirem de forma proativa e como agentes ativos. Essas capacidades envolvem a possibilidade das pessoas agirem como querem, garantindo livre expressão de opiniões e de ação na sociedade (SEN, 2012). Entre essas “capacidades”, o autor considera como principais aquelas derivadas da não privação, fome, ou miséria; da garantia de ensino básico aos indivíduos da sociedade; e da participação e liberdades políticas asseguradas. Além disso, o papel constitutivo da liberdade admite igual importância dos elementos, econômicos, sociais e políticos para a busca do desenvolvimento (SEN, 2000).

Ainda segundo o autor, as liberdades instrumentais estão ligadas à liberdade como meio para o desenvolvimento. São expressas, por exemplo, na ampliação de direitos e oportunidades, que fomentam a liberdade humana. As diversas liberdades são interdependentes e reforçam umas as outras, de forma que possibilitam um círculo virtuoso para a promoção da emancipação do indivíduo e para o desenvolvimento (SEN, 2000).

São cinco os tipos de liberdades instrumentais: “Liberdade política; facilidades econômicas; oportunidades sociais; garantias de transparência; e segurança protetora” (SEN, 2000, p.55). É importante apontar que ele deixa claro que essa lista não é completa, mas facilita a compreensão e o papel da liberdade como instrumento de promoção para o desenvolvimento e liberdade humana.

As liberdades políticas referem-se à possibilidade que as pessoas da sociedade têm de escolher quem e como serão governadas. O autor associa as liberdades políticas à promoção de uma democracia

plena, em que são promovidos os direitos civis, a liberdade de expressão, a participação na esfera política e o direito ao voto (SEN, 2000).

Já as facilidades econômicas são “as oportunidades que os indivíduos têm para utilizar recursos econômicos com propósitos de consumo, produção ou troca” (SEN, 2000, p. 55). Além disso, o autor afirma a importância do aumento da renda do país, uma vez que ela reflete no aumento dos intituleamentos econômicos da sociedade, que deve ser distribuído de maneira equânime (SEN, 2000).

A liberdade referente às oportunidades sociais diz respeito à disponibilidade que a sociedade tem nas áreas de educação e saúde. Essas áreas são vitais para que o indivíduo consiga ter uma vida plena e digna tanto na vida privada, quanto na pública. Por consequência, como demonstra o autor, a carência dessas condições exacerba as discrepâncias na área econômica e dificulta a participação na esfera política (SEN, 2000).

A quarta liberdade instrumental definida por Sen (2000) é a garantia pela transparência, referindo-se à importância da clareza nas interações entre os indivíduos para a promoção da ordem na sociedade. A garantia de transparências também está vinculada à confiança na esfera política, relacionada aos esforços para coibir – ou, pelo menos, minimizar – a corrupção (SEN, 2000).

Por fim, a segurança protetora é a última liberdade instrumental delimitada e tange questões de segurança social, ligada à proteção dos indivíduos mais carentes da sociedade. Segundo o autor, há a necessidade de criar instituições capazes de garantir esses benefícios, como, por exemplo, benefícios aos desempregados e distribuição de alimentos (SEN, 2000).

É importante salientar que a pesquisa será focada nas liberdades instrumentais de facilidades econômicas. Entretanto, segundo o autor todas as liberdades estão inter-relacionadas, o que faz com que uma reforce a outra. Assim sendo, o incentivo ao direito à compra, troca e produção da mulher na sociedade garante maior equidade nas relações de gênero, possibilitando também a promoção de outros direitos como sociais e políticos.

A FAO e a importância do empoderamento da mulher camponesa

A FAO é uma agência da Organização das Nações Unidas (ONU), cujo escopo dedica-se às comunidades vulneráveis, “com

ênfase em mulheres, povos indígenas e nativos, que atua em conjunto com os governos de seus países-membros, a sociedade civil e a cooperação internacional” (FAO, s.d.). A agência concentra esforços na capacitação de agentes sociais e comunidades no intuito de os tornarem indutores de seu desenvolvimento.

A FAO possui escritórios por todo o mundo, sendo o Escritório Regional para a América Latina e o Caribe localizado em Santiago do Chile. Durante o final da última década do século XXI, trabalhou principalmente no estudo de mercados agro-alimentares, acesso aos bens de capital – tal como seu regulamento – na parte de pequenos agricultores, e nos preços da comida. Entretanto, em 2006, surgiu a preocupação em fortalecer o acesso à comida pelas famílias mais pobres. Essa preocupação surgiu com o lançamento da “Iniciativa da América Latina e do Caribe sem fome”, um ânimo político-institucional direcionado a erradicar a fome na dita região com uma geração (OSORIO, 2012).

Com objetivo de combater a fome e a pobreza, a FAO busca como estratégia de longo prazo o reforço da agricultura e do desenvolvimento sustentável no intuito de se alcançar melhorias na nutrição, na segurança alimentar e no acesso de todos indivíduos aos alimentos que proporcionem uma vida saudável. A América Latina e o Caribe são as regiões que realizaram os maiores avanços no tocante a essa temática, ao reduzirem a porcentagem de pessoas em situação de fome (FAO, s.d.). O auxílio do escritório regional da organização funciona “monitorando a segurança alimentar, apoiando a elaboração e a implantação de estratégias, leis e programas de erradicação da fome, fomentando a agricultura familiar, o desenvolvimento agrícola e rural” (FAO, s.d.), sempre com o objetivo de desenvolvimento sustentável.

Podem-se destacar quatro prioridades da FAO:

Prioridade 1. Segurança alimentar. O direito à alimentação adequada e saudável, de forma permanente e sustentável [...] Prioridade 2. Cooperação Sul-Sul: Consolidação de uma plataforma de Cooperação Sul-Sul para a Segurança Alimentar, Agricultura, Pesca, Pecuária, Florestas, Mudanças Climáticas e Desertificação [...] Prioridade 3. Superação da Extrema Pobreza: Qualificação, Organização e Avaliação da Agricultura Familiar e da agricultura familiar [...] Prioridade 4. Gestão Sustentável dos Recursos Naturais, Alterações Climáticas e Desertificação: Introdução de uma matriz de produção agroecológica para a sustentabilidade social e ambiental. (FAO, s.d.)

Ademais, a agência atua segundo três linhas de ação. A primeira diz respeito à Assistência Técnica aos Países em Desenvolvimento e Cooperação Sul-sul em que apoia países em desenvolvimento através da formulação e execução de projetos de assistência técnica no tocante aos programas agrícolas, alimentares e rurais. A segunda, por sua vez, é por meio da disposição da informação ao alcance de todos, uma vez que funciona como uma rede de levantamento, análise e disseminação de conhecimentos. Ainda, atua assessorando governos sobre políticas agrícolas e estratégias nacionais de atuação (ONUBR, s.d.).

Como os objetivos da FAO incluem o alcance da segurança alimentar para todos(as), a organização busca certificar-se que as pessoas tenham acesso a alimentos de qualidade. Por meio disso, essas pessoas poderiam alcançar uma vida saudável. A organização procura prover informação aos especialistas no intuito de compartilhar conhecimento acerca de assuntos concernentes ao seu mandato. Como consequência, oferece espaços nos quais trocas possam acontecer para se levar tais informações às áreas rurais (OSORIO, 2012). Esses lugares são, por exemplo, seminários, workshops, palestras, entre outros.

Nesses ambientes de troca são suscitados temas importantes ao mandado da organização. Uma temática recorrente na FAO é a focalização das mulheres camponesas no que tange à erradicação da fome e segurança alimentar. Durante o Seminário Regional sobre Agroecologia na América Latina e Caribe (2015) foi recomendada a instituição de políticas focalizadas no intuito de promover a organização produtiva das mulheres do campo. Para tanto, deve-se apoiar suas iniciativas agroecológicas e a superação de seus obstáculos recorrentes, tal como a discriminação e a sobrecarga de trabalho (ASPTA, 2015).

A FAO reconhece que a segurança alimentar e o desenvolvimento agrícola não podem ser alcançados sem uma participação conjunta dos homens e das mulheres das zonas rurais. Eles têm papéis diferentes, mas cruciais para a agricultura e o desenvolvimento rural e contribuem ambos para a produção agrícola. [...] A FAO defende a igualdade de gênero e promove a autonomização econômica e social das mulheres rurais. Concentrando-se ativamente na discriminação que as mulheres rurais enfrentam diariamente, a FAO apoia os esforços dos governos para assegurar que as suas políticas e programas promovam uma contribuição igualitária das mulheres à agricultura e desenvolvimento rural. (FAO, s.d).

A contribuição das mulheres para a produção econômica agrícola é frequentemente subestimada, tal como seu papel na segurança alimentar da família. É comum que as atividades produzidas pela mulher não apareçam de forma adequada até mesmo nas estatísticas nacionais. Isso se dá, principalmente, devido ao fato de tais atividades serem relativas à dedicação com cuidados, ou na manutenção da casa e preparação das refeições. Em outras palavras, não são reconhecidas na economia de mercado (FAO, s.d.).

Face a essas questões, é importante o reconhecimento dos papéis e exigências incumbidos aos homens e às mulheres, assim como suas diferenças, tanto para a compreensão das desigualdades quanto para a garantia de sua introdução nas estatísticas agrícolas e rurais (FAO, s.d.). Dessa forma, faz-se possível a mobilização em torno de políticas assertivas a esse grupo focal.

Um meio poderoso de combater a invisibilidade persistente do seu trabalho é criar dados agrícolas desagregados por sexo. A falta desses dados é um sério entrave para a formulação, desenho e implementação de política e programas eficazes e que considerem necessidades e prioridades das mulheres e dos homens nas estratégias ligadas à agricultura e ao desenvolvimento rural. (FAO, s.d.).

Ademais, as mulheres rurais são vitais à segurança alimentar e nutricional dos países, sobretudo sobre aqueles em desenvolvimento. Segundo a FAO, até 2010 setenta por cento das mulheres economicamente ativas estariam na agricultura. Entretanto, elas não são reconhecidas em termos de políticas e programas específicos. Uma sociedade igualitária, em grande parte, depende da luta das mulheres pelo acesso a direitos, por exemplo, o direito à terra. Nessa perspectiva, nas próximas seções analisaremos dois programas que internalizam essa temática (FAO, s.d.).

México e Peru, duas abordagens.

México: O Programa de Mujeres en el Desarrollo Rural

Em 1996, a *Secretaría de Agricultura, Ganadería, Desarrollo Rural, Pesca y Alimentación* (SAGARPA) cria o Programa de *Mujeres en el Desarrollo Rural* (MDR) com a finalidade de oferecer estruturas no campo. Por conseguinte, a SAGARPA solicitou ajuda técnica, operacional e metodológica para a FAO com o intuito de estruturar o programa e garantir conhecimento para os agentes estatais.

Ademais, os princípios do MDR são: equidade, igualdade de acesso e reconhecimento real do aporte produtivo da mulher nas políticas do setor agropecuário (FAO, 2009)

A política direcionada às mulheres do campo é extremamente necessária no México, já que todos os índices sociais são menores em comparação às mulheres que se localizam na cidade. As questões referentes, por exemplo, ao analfabetismo, expectativa de vida, controle de natalidade e morte no parto, são todas piores nas mulheres rurais em comparação às urbanas (LEONARDO, 2002).

Ademais, o programa MDR adotou uma metodologia de ação transversal, que promoveu o acesso da mulher a outros projetos de empoderamento feminino, como por exemplo, o *Fondo de Microfinanciamento para Mujeres Rurales* (FOMMUR) e *Grupos Organizados de Mujeres en el Desarrollo Rural* (GOMDR). O primeiro foi um programa promovido, em 2001, sob a coordenação do *Programa de Financiamiento al Microempresario* (PRONAFIM) e a segunda são grupos de mulheres no âmbito rural que possuem convênios com o governo estatal (LEONARDO, 2002).

O FOMMUR é uma instituição que foi criada visando inserção produtiva das mulheres rurais, que são um dos grupos marginalizados no México e América Latina. Como consequência, o fundo amplia a liberdade econômica, pois garante maior independência e participação das mulheres rurais na troca, produção e compra (FOMMUR, 2014). O fundo possui algumas diretrizes centrais:

ajudar a desenvolver um sistema de serviços integrados de microfinanzas que proporcionem organismos intermediarios, profesionales e estables, concedendo educación financeira e microcréditos em forma oportuna e suficiente as mulheres que habitam zonas rurales, excluidas dos servicios dos bancos comerciais, que pretendem desenvolver unidades económicas em um ambiente propicio para a inserção de seus produtos.¹ (FOMMUR, 2014, p.1, tradução nossa).

Já o GOMDR foi criado, em 1999, após esforço e contribuição do MDR, e está inserida na SAGARPA. O programa funciona com recursos próprios desde 2001, com um projeto direcionado

1. Contribuir a desarrollar un sistema de servicios integrales de microfinanzas que ofrezcan organismos intermediarios, profesionales y estables, que otorguen educación financiera y microcréditos en forma oportuna y suficiente a las mujeres que habitan zonas rurales, excluidas de los servicios de la banca comercial, que pretenden desarrollar unidades económicas en un entorno propicio para la colocación de sus productos. (FOMMUR, 2014, p.1)

sob políticas de gênero que visam inserir as mulheres campesinas na lógica do desenvolvimento rural. Nesse sentido, a promoção de conhecimento, tecnologia e projetos que minimizem a pobreza através da geração de emprego, são metodologias defendidas pelo GOMDR. Ademais, o programa possui dez estratégias e linhas de ação, sendo elas:

a) A diversificação das atividades econômicas e integração às cadeias produtivas; b) o fortalecimento da participação e formas de associação cooperativa para a produção e comercialização; c) o desenvolvimento dos sistemas de recuperação e inversão produtiva; d) o impulso de uma estratégia de segurança alimentar; e) o aperfeiçoamento tecnológico nas atividades produtivas; f) o aproveitamento sustentável dos recursos naturais; g) a integração das mulheres rurais a espaços de tomada de decisão comunitária, municipal, regional e estatal; h) o desenvolvimento do capital humano e social; i) a monitoração, avaliação e compensação através de resultados (tradução); e j) a difusão e consolidação de experiências bem sucedidas.² (INEGI, 2002, p. 162, tradução nossa).

Os três projetos supracitados se completam e têm como finalidade o aumento das liberdades e das capacitações das mulheres rurais. Os objetivos compartilhados perceptíveis são: demonstrar o papel estratégico da mulher e sua contribuição para a economia da área rural; inserir as mulheres no desenvolvimento e nas políticas de redução da pobreza; fomentar políticas públicas com foco no gênero; sustentabilidade e administração apropriada dos recursos; e formação de recursos humanos (LEONARDO, 2002).

Assim sendo, a política de capacitação promovida pela FAO foi essencial para garantir uma política de transversalidade profícua, que possibilitou a convergência entre os três projetos de forma simultânea e interdependente. O modelo de capacitação tinha como objetivo a formação de recursos humanos no setor rural que fossem inseridos na problemática de gênero e a construção de políticas públicas para o desenvolvimento rural vinculadas à mulher (MANZARES, 2002).

2. a) la diversificación de las actividades económicas e integración a las cadenas productivas; b) el fortalecimiento de la participación y formas de asociación cooperativa para la producción y comercialización; c) el desarrollo de los sistemas de recuperación e inversión productiva; d) el impulso de una estrategia de seguridad alimentaria; e) el mejoramiento tecnológico en las actividades productivas; f) el aprovechamiento sustentable de los recursos naturales; g) la integración de las mujeres rurales a espacios de toma de decisiones comunitarias, municipales, regionales y estatales; h) el desarrollo del capital humano y social; i) el seguimiento, evaluación y compensación por resultados; y j) la difusión y consolidación de experiencias exitosas. (INEGI, 2002, p. 162)

Ademais, os sujeitos capacitados pela FAO incluíam: indivíduos responsáveis pelo MDR, consultores de grupos organizados de mulheres, técnicos, assessores de projetos, promotores de grupos e 600 profissionais da SAGARPA e de outras instâncias do governo. A quantidade de diferentes agentes sociais na especialização da problemática de gênero demonstra a ascensão da temática na sociedade e no Estado do México, que possibilita a ampliação das liberdades da mulher, já que lhes garante maior espaço de diálogo e participação, por exemplo, no âmbito político e de formulação de políticas públicas que impactam sua realidade social (MANZARES, 2002).

As metodologias de capacitação desenvolvidas pela FAO são amplas e buscam incentivar a pro atividade dos indivíduos e ações coletivas. Nesse sentido, são utilizadas reflexões coletivas, desenvolvimento de leituras e vídeos que debatem temáticas de gênero, elaboração de documentos que tratam das experiências dos participantes no meio rural, formulação e debates de novos paradigmas do desenvolvimento rural e avaliação das oficinas realizadas pelos grupos (MANZARES, 2002).

Além disso, foram estabelecidas algumas funções e divisões específicas para os responsáveis estatais do MDR. Os cargos incluem instrutores dos assessores técnicos; agentes que conectam as ONG's, redes, movimentos de mulheres, instituições e especialistas, com a finalidade de direcionar as diversas ações para os objetivos do MDR; difusores dos programas e mecanismo que apoiam as mulheres rurais; assessores que canalizam as demandas das mulheres; coordenadores de acordos e propostas; detectores das necessidades; informantes dos avanços e problemas do desenvolvimento dos programas do MDR (LEONARDO, 2002).

É evidente a severidade institucional do MDR, em que almeja a coordenação, difusão, compilação e criação de informação, porém os dados e as políticas públicas ainda são escassos no México, o que demonstra a necessidade de políticas públicas e de incentivo governamental nas questões de gênero. Segundo Leonardo (2002), “não se valoriza, nem se toma em conta a situação ou posição da mulher que está fazendo uma importante construção na economia rural, não há estatísticas que possam quantificar”³ (LEONARDO, 2002, p.12, tradução nossa).

3. “no se le valora, ni se toma en cuenta la situación ni la posición que por ello vive la mujer que está haciendo una construcción importante a la economía rural, no hay ni la estadística para poderla cuantificar” (LEONARDO, 2002, p.12).

Por fim, o MDR demonstra ser um programa essencial para a realidade mexicana, pois garante a emancipação da mulher rural e amplia as suas liberdades econômicas, de oportunidades sociais e de segurança protetora. Ademais, as novas conjunturas exibem um caráter de “feminização” da agricultura e propriedade da terra, já que ocorre declínio dos homens na área rural pelo êxodo urbano, evidenciando outro motivo para emergência de temáticas e a importância de gêneros no campo (LEONARDO, 2002).

Peru: a experiência do *Llaqta Kallpanchaq*

Iniciado em primeiro de junho de 2007, e finalizado em trinta e um de julho de 2011, *Llaqta Kallpanchaq* foi um projeto exitoso realizado no Peru e Bolívia cujo objetivo fora contribuir para o melhoramento da segurança alimentar das famílias provenientes das comunidades indígenas. Para tanto, visou o fortalecimento de suas organizações na gestão de seu desenvolvimento. No Peru, o projeto foi aplicado no departamento de Huancavelica em dois de seus municípios: Paucará e Anchonga. Quatro comunidades foram atingidas, Padre Rumi e Tinquercasa no município de Paucará e San Pablo de Occo e Parcco Alto no município de Anchonga (FAO, 2011).

Foram estabelecidos três objetivos específicos:

- 1- Fortalecer as capacidades de planificação das organizações indígenas, sua credibilidade e transparência e melhorar suas competências para capacitar e guiar os membros de suas comunidades, com participação equitativa de homens e mulheres.
- 2- Fortalecer a capacidade das organizações rurais indígenas para negociar e acessar apoio técnico e financeiro dos diversos programas e projetos de desenvolvimento rural existentes, tanto de governo quanto não-governamentais.
- 3- Incrementar a produção, ingressos e consumo das famílias das comunidades mediante o resgate de produtos tradicionais andinos.⁴ (FAO, 2011, p. 11, tradução nossa)

Em face a tanto, é colocada a capacitação das mulheres com participação equitativa a dos homens. As famílias foco desse projeto

4. 1. Fortalecer las capacidades de planificación de las organizaciones indígenas, su credibilidad y transparencia y mejorar sus competencias para capacitar y guiar a los miembros de sus comunidades, con participación equitativa de hombres y mujeres. 2. Fortalecer la capacidad de las organizaciones rurales indígenas para negociar y acceder a apoyo técnico y financiero de los diversos programas y proyectos de desarrollo rural existentes, tanto de gobierno como no gubernamentales. 3. Incrementar la producción, ingresos y consumo de las familias de las comunidades mediante el rescate de productos tradicionales andinos. (FAO, 2011, p. 11)

possuem as mulheres como encarregadas da alimentação do lar. Dessa forma, ao alcançá-las foi possível diversificar as dietas praticadas em direção a uma composta por produtos tradicionais andinos.

O intuito do *Llaqta Kallpanchaq* foi colocar os indivíduos das comunidades como protagonistas de seu próprio desenvolvimento, permitindo-lhes que sejam os agentes sociais que influenciam o seu ambiente. O aumento e difusão da liberdade na sociedade de um país vai além das questões de riqueza, pois a liberdade não apenas torna a vida mais frutífera e sem limitações, mas torna os indivíduos indutores de seu desenvolvimento (SEN, 2000), como percebido no projeto em questão.

Assim, o exercício de planificação consistia em guiar os núcleos familiares indígenas para que formulassem seu próprio plano de vida. Dessa forma, sua participação não foi mecânica baixo às decisões dos técnicos do projeto, mais que mera motivação

havia consciência, o qual refletia o grau de importância e compreensão que para eles tinha o pensar da planificação, esta vez começando pela planificação do próprio lar, para assim adentrar-se a refletir sobre como se visualizam como família, abrindo espaço para escutar e ter em conta também as mulheres, como parte ativa e com capacidade de reflexão, planificação e poder de decisão.⁵ (FAO, 2011, p. 21, tradução nossa)

Ao fornecer um espaço de fala à mulher e escutá-la como parte importante e não secundária – como geralmente a mulher na sociedade tradicional peruana é entendida –, corrobora com o alargamento de suas capacidades como um indivíduo ativo na sociedade. A partir da concepção de desenvolvimento como liberdade, a conquista desse espaço de fala almejado pelo *Llaqta Kallpanchaq* dialoga com sua emancipação tanto política quanto econômica, uma vez que proporciona uma maior flexibilidade desses indivíduos em fazer escolhas e tomar decisões, conduzindo-os a um ambiente de justiça social.

Esse projeto, portanto, através do intuito de remover empecilhos que limitem a participação da mulher campesina, amplia sua liberdade na perspectiva do propósito de desenvolvimento trabalhado nesse artigo. O papel constitutivo da liberdade frisa a impor-

5. [...] había conciencia, lo cual reflejaba el grado de importancia y comprensión que para ellos tenía el pensar la planificación, esta vez comenzando por la planificación del propio hogar, para así adentrarse a reflexionar sobre cómo se visualizan como familia, abriendo espacio para escuchar y tener en cuenta también a las mujeres, como parte activa y con capacidad de reflexión, planificación y poder de decisión. (FAO, 2011, p. 21)

tância do alargamento das “capacidades” dos indivíduos na sociedade, na perspectiva que os possibilita agir dotados de proatividade (SEN, 2000).

Em Padre Rumi, uma das regiões nas quais o projeto foi levado a cabo, a pobreza alcançava cerca de 85% dos 400.000 habitantes e por volta de 45% das crianças sofriam de desnutrição (IPS, 2010), às mulheres são delegadas atividades relacionadas ao cuidado do gado, na preservação da variedade do cultivo e na preparação dos alimentos. Através do projeto alimentos tradicionais como *chuño*, quínoa, batatas nativas, tubérculos *oca*, *olluco*, *tarwi*, e *kiwicha* passaram a ser resgatados pelas mulheres não apenas para o consumo próprio, mas também para o comércio, contribuindo para a melhoria de suas capacidades financeiras (IPS, 2010).

Dessa forma

além de melhorar a alimentação das pessoas, contribui a preservar a biodiversidade dos produtos agrícolas na zona, que também é identificada como altoandina e cuja população em mais de noventa por cento é rural e indígena.⁶ (IPS, 2010, tradução nossa)

Ainda, como consequência da execução desse projeto que visou o fortalecimento de organizações indígenas altoandinas e resgate de seus produtos tradicionais, foram conformados diversos comitês de promotores de desenvolvimento comunal, os quais “integrados por homens e mulheres, que contam com os conhecimentos e habilidades para guiar os membros de suas comunidades em aspectos como a planificação local e gestão de recursos (técnicos e financeiros)”⁷ (FAO, 2011, p. 12, tradução nossa). Essa experiência exitosa passou por dez passos em face à planificação e guia das famílias na construção de seu próprio plano de vida.

Partiu-se, da (1) realização de oficinas acerca dos “planos produtivos” com identificação de ideias preliminares relativas à proposta de planificação do lar por meio dos planos integrais de desenvolvimento familiar (PIDF), (2) identificação de famílias empreendedoras para a implementação das unidades produtivas integrais familiares (UPIF), (3) formulação e elaboração do PIDF. No

6. Además de mejorar la alimentación de los pobladores se contribuye a preservar la biodiversidad de los productos agrícolas en la zona, que también es identificada como alto-andina y cuya población en más de 90 por ciento es rural e indígena. (IPS, 2010)

7. [...] integrados por hombres y mujeres, quienes cuentan con los conocimientos y habilidades para guiar a los miembros de sus comunidades en aspectos como la planificación local y la gestión de recursos (técnicos y financieros) [...] (FAO, 2011, p. 22)

momento seguinte (4) o PIDE, cujo componente essencial era a introdução das UPIF, foi colocado em prática. (FAO, 2011).

Ainda, cada família que executou seu plano de desenvolvimento teve (5) assistência técnica e monitoramento na implementação. Por fim, em face ao desfecho bem-sucedido, os cinco últimos passos consistiram na (6) troca das experiências e fortalecimento das propostas de plano de desenvolvimento familiar, (7) réplica e expansão da proposta dos PIDE, (8) articulação dos planos de gestão de recursos para a execução dos PIDE, (9) auto avaliação do PIDE e (10) formulação e proposta de políticas comunais acerca da planificação do desenvolvimento a partir núcleo familiar. (FAO, 2011).

As atividades pretendidas às UPIF foram “módulos de criação de *cuyes*, hortas familiares, armazéns rústicos de luz difusa para a produção de sementes, produção de adubos orgânicos, sistemas de irrigação e estufas familiares”⁸ (FAO, 2011, p. 22, tradução nossa), entre outros. A implementação das UPIF foi uma das propostas pensadas no intuito de promover atividades produtivas dos lares e, então, melhorar a qualidade de vida de seus membros, com foco na segurança alimentar e nutricional. Os PIDE, por sua vez, foram um exercício contínuo em que se harmonizou a teoria e a prática, o “saber e fazer, e tomar a consciência da própria realidade para transformá-la, incluindo metas pessoais, econômicas e espirituais”⁹ (FAO, 2011, p. 27, tradução nossa).

Por fim, o projeto faz uma recomendação enfática em relação à mulher. Coloca que é “extremamente importante reforçar e visibilizar as mulheres indígenas nos processos de planificação e tomada de decisões”¹⁰ (FAO, 2011, p. 39, tradução nossa). A vinculação da mulher a esses processos e espaços – dos quais muitas vezes é excluída –, facilita a “modificação de algumas políticas e programas para identificar em suas análises as limitações, necessidades e prioridades diferentes que existem entre homens e mulheres”¹¹ (FAO, 2011, p. 39, tradução nossa).

8. [...] módulos de crianza de *cuyes*, parcelas de pastos cultivados, biohuertos familiares, almacenes rústicos de luz difusa para semilla, producción de abonos orgánicos, sistemas de riego tecnificado y fitotoldos familiares. (FAO, 2011, p. 22)

9. [...] saber y hacer, y tomar conciencia de la propia realidad para transformarla, incluyendo metas personales, económicas y espirituales. (FAO, 2011, p. 27)

10. Es sumamente importante reforzar y visibilizar a las mujeres indígenas en los procesos de planificación y toma de decisiones. (FAO, 2011, p. 39)

11. [...] modificación de algunas políticas y programas para precisar en sus análisis las limitaciones, necesidades y prioridades diferentes que existen entre hombres y mujeres (FAO, 2011, p. 39)

Conclusão

A FAO, como demonstrado no decorrer da pesquisa, é uma OI responsável pela difusão de conhecimentos, técnicas e informações acerca de temáticas concernentes ao seu mandato. Neste artigo focalizamos na problemática de gênero, dissertando acerca das políticas públicas MDR e *Llaqta Kallpanchaq*, que garantem a emancipação da mulher a partir da ampliação da liberdade de facilidades econômicas. Nessa perspectiva, a FAO é central às questões debatidas e à inserção de temáticas acerca do empoderamento da mulher, tendo em vista a erradicação da fome.

As mulheres campesinas não remuneradas configuram um limbo estatístico e sem apoio direto, às quais o aporte produtivo é demasiado importante em termos de quantidade e oportunidade (FAO, s.d.). As mulheres rurais são vitais à segurança alimentar e nutricional dos países, sobretudo os em desenvolvimento, uma vez que a elas é embutida a responsabilidade de cuidado dos membros do lar. Conforme demonstrado, os projetos têm como finalidade a ampliação da liberdade de facilidades econômicas e, como consequência, garantindo a emergência de agentes ativos na sociedade peruana e mexicana.

Por conseguinte, o foco do conceito de desenvolvimento como liberdade é a liberdade substantiva, ligada à emancipação dos indivíduos, uma vez que alarga a gama de possibilidades de as pessoas fazerem escolhas, conduzindo a sociedade a um patamar de justiça social mais aprofundado (SEN, 2000). Nessa perspectiva, a atenção dada à participação da mulher de maneira equitativa ao homem reflete a liberdade de facilidades econômicas, já que se caracterizam pelas oportunidades que os indivíduos possuem na utilização de seus recursos econômicos, sejam com objetivo de consumo, de produção, ou até mesmo de troca.

Neste sentido, os projetos supracitados corroboram com a concepção de desenvolvimento como liberdade de Sen (2000), assim como a FAO, os quais defendem a emergência da problemática de gênero e a participação das mulheres no intuito de fomentar a expansão de suas capacidades e liberdades, que objetiva torná-las agentes de seu desenvolvimento.

Ademais, é perceptível distinções da *Llaqta Kallapanchaq* com a MDR, já que a primeira trata de forma indireta as questões de gênero, percebendo como uma variável importante, mas não a prin-

cial. Em contrapartida, a segunda política pública atua de forma direta na emancipação da mulher, pois direciona a sua metodologia e objetivos na problemática de gênero.

Também, a pesquisa demonstrou que o programa do MDR é direcionado para as mulheres da área rural, que possuem menores índices sociais em analogia às mulheres urbanas. Nesse sentido, o grupo focal analisado é extremamente marginalizado, pois possui carência de informação e de dados. Contudo, o MDR se destaca pela seriedade no aparato institucional, cujo qual busca difundir, criar e compilar informações, conhecimento e práticas que catalisem a participação da mulher rural.

Já o *Llaqta Kallapanchaq* possui uma metodologia centrada, principalmente, no fortalecimento de organizações indígenas altoandinas e resgate de seus produtos tradicionais, sendo a mulher uma variável importante, pois é ela quem garante o sustento da casa e dos filhos. Porquanto, apesar de não ser uma política pública centrada estritamente na problemática de gênero, a mulher emerge como um agente decisivo.

Por fim, a FAO reconhece que a segurança alimentar e o desenvolvimento são dependentes da participação equitativa entre homens e mulheres das zonas rurais. Portanto, apoia os esforços governamentais dirigidos às políticas e programas que promovam contribuições igualitárias das camponesas à agricultura e ao desenvolvimento do campo, estas que frequentemente são subestimadas, pois tratam do cuidado a um outro indivíduo. Motivo pelo qual atividades realizadas por mulheres não figurem em estatísticas nacionais.

Ambos os programas abordados possuíam como estratégia a integração das mulheres rurais a espaços de tomada de decisão, embutindo-lhes agência e corroborando com sua liberdade segundo uma concepção de desenvolvimento. Entretanto, apesar da abordagem bem-sucedida do MDR e *Llaqta Kallapanchaq*, os países, Brasil e Peru, carecem de programas focalizados no empoderamento da mulher e alargamento de suas liberdades, portanto essa carência se configura como sintomática.

Referência bibliográfica

ASPTA, 2015. **Seminário Regional sobre Agroecologia na América Latina e Caribe**. Disponível em: <http://aspta.org.br/2015/11/fao/> Acesso em: 01 nov. 2016

COSTA, Nuria. **Mujeres en el desarrollo rural y su programa para grupos organizados en México**. Series Documentos de Trabajo I-43-JP: 2001.

FAO, 2011. **Tres prácticas exitosas para políticas exitosas**. Peru: 2011. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/a-i2518s.pdf>> Acesso em: 01 nov. 2016

FAO, Brasil. **Programas e projetos**. s.d. Disponível em: <<http://www.fao.org/brasil/programas-e-projetos/en/>> Acesso em: 15 out. 2016

FAO, en México. **Más de 60 años de cooperación: 1945 - 2009. In: Organización de las naciones unidas para la agricultura y la alimentación**. México: 2009. Disponível em: <http://www.fao.org.mx/documentos/Libro_FAO.pdf> Acesso em: 15 out. 2016

FAO. **Igualdade de gênero**. s.d. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/c-i0765o/i0765pt10.pdf>> Acesso em: 01 nov. 2016

FOMMUR. **Portal Aplicativo de la Secretaría de Hacienda y Crédito Público para el ejercicio fiscal**. Matriz de marco lógico: 2014. Disponível em: <http://www.gob.mx/cms/uploads/attachment/file/39075/MIR_2014_S016_FOMMUR.pdf>. Acesso em: 18 out. 2016.

INEGI. **Las mujeres en el México rural**. México: 2002.

IPS, 2010. **Mujeres-Peru: Invención y tradición, la receta que alimenta**. Disponível em: <<http://www.ipsnoticias.net/2010/02/mujeres-peru-invencion-y-tradicion-la-receta-que-alimenta/>> Acesso em: 01 nov. 2016

LEONARDO, Lic. Mujeres en el desarrollo rural construcción de una política pública con perspectiva de género. In: PACHECO, Simón (Org); MONTES, Gabriela (Org). **Memórias del Foro de Mujeres en el Desarrollo Rural**. UNAM. 2002.

MANZARES, Pilar. Modelo de capacitación para el desarrollo rural con perspectiva de género. In: PACHECO, Simón (Org); MONTES, Gabriela (Org). **Memórias del Foro de Mujeres en el Desarrollo Rural**. UNAM. 2002.

ONUBR. **Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO)**. s.d. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/agencia/fao/>> Acesso em: 15 out. 2016

OSORIO, Cecilia. **The role of international organizations in a policy diffusion process. Preliminary discussion about the Conditional Cash Transfers programs in Latin America**. XXII World Congress of Political Science. 2012

SEN, Amartya. **A ideia de justiça**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

*Recebido em: 20/01/2017
Aprovado em: 21/03/2017*